



Número: **0800806-60.2023.8.19.0076**

Classe: **TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de São José do Vale do Rio Preto**

Última distribuição : **19/06/2023**

Valor da causa: **R\$ 10.000,00**

Assuntos: **Tratamento médico-hospitalar**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
E. M. I. (REQUERENTE)			
MUNICIPIO DE SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO (REQUERIDO)		LAIRA REZENDE FURTADO (ADVOGADO)	
ESTADO DO RIO DE JANEIRO (REQUERIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
63689598	20/06/2023 16:34	<a href="#">Decisão</a>	Decisão

**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro**  
**Comarca de São José do Vale do Rio Preto**  
**Vara Única da Comarca de São José do Vale do Rio Preto**

Rua Senhor dos Passos, 37, Centro, SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO - RJ - CEP: 25720-448

**DECISÃO**

Processo: 0800806-60.2023.8.19.0076

Classe: TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE (12135)

REQUERENTE: E. M. I.

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-DPGE

REQUERIDO: MUNICIPIO DE SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO

I - Defiro o benefício da Justiça Gratuita.

II - A parte autora pede antecipação de tutela para que o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO e/ou ESTADO DO RIO DE JANEIRO sejam obrigados a realizar os exames de BERA (PEATE) COM SEDAÇÃO e RNM ENCÉFALO COM SEDAÇÃO porque portadora de doença de TRANSTORNO DO ASPECTO AUTISTA GRAU MODERADO - NÍVEL 2, conforme descrito na inicial. Necessita dos exames para melhor diagnóstico do tratamento que necessita para a manutenção da sua saúde e seu bem estar, não possuindo condições de comprá-los face ao custo desses remédios no mercado.

III - Os requisitos autorizadores do art. 300 do CPC estão presentes.

O juízo de probabilidade está nas prescrições médicas e relatórios da doença, inclusive por subscrição de médico público.

A hipossuficiência econômica da autora também está demonstrada, na medida em que buscou assistência da Defensoria Pública do Estado após atendimento público de saúde.

A não realização do exame pode lhe causar danos de difícil reparação, com risco ao resultado útil da pretensão, mormente em se tratando de prejuízo que afeta diretamente a vida e a dignidade humana, esta última, verdadeiro epicentro axiológico, do qual emanam os demais valores inseridos no bojo da Constituição da República.

O pleito veiculado na exordial encontra guarida no texto da Lei Maior, sendo dever do Estado, a exercido por todos os



entes federativos, conforme o artigo 196 da Constituição Federal e o art.6º da Lei 8080/90, cabendo-lhes solidariamente garantir o acesso à Saúde, posto que direto fundamental do cidadão.

Saliente-se que os bens em conflito são suficientes para ensejar o deferimento da liminar pleiteada, considerando-se que o prejuízo causado à parte autora pela não concessão da medida será visivelmente maior que o da parte ré, de cunho meramente patrimonial/administrativo, mormente considerando-se a a gravidade da doença da qual a parte requerente é portadora.

IV - Não incide, in casu, a restrição da Lei 9.494/97 para concessão de tutela antecipada. Trata-se de medida envolvendo necessidade médico-farmacêutica do autor, que demanda providência urgente, sob pena de se por em risco sua própria vida.

Em casos semelhantes, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro tem admitido a antecipação de tutela: Apelação Cível 2002.001.15450, 7ª Câmara Cível, Relator Des. Paulo Gustavo Horta, julgado em 24/09/2002; Apelação Cível 2001.001.27400, 14ª Câmara Cível, Relator Des. Mauro Nogueira, julgado em 02/07/2002; Agravo de Instrumento 2001.002.08443, 16ª Câmara Cível, Relator Des. Miguel Angelo Barros, julgado em 12/03/2002.

V - Em vista disso, defiro o pedido de tutela antecipada para que os réu promovam SOLIDARIAMENTE os exames requeridos pela parte autora no prazo de 05 dias, sob pena de sequestro da verba pública para fins de aquisição privada.

VI - Cite-se e intime-se por OJA DE PLANTÃO, deixando-se de designar audiência de conciliação em razão da natureza do tema, na forma do art. 334, parágrafo 4º, do CPC.

VII - Com a contestação dos réus, manifeste-se a parte autora em réplica, encaminhando-se, em seguida, ao MP, ante o caráter de direito da pretensão.

SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, 20 de junho de 2023.

RUBENS SOARES SA VIANA JUNIOR  
Juiz Titular

